

Trauma e impunidade em *K.: Relato de uma busca*

*Kátia Rosângela dos Santos Moraes*¹

Resumo: Atualmente, encontramos diversos trabalhos abordando a ditadura militar na literatura, com toda a complexidade que a temática pode trazer para a contemporaneidade. Este artigo tem por objetivo analisar a obra de Bernardo Kucinski, *K.: Relato de uma busca* (2014), tentando compreender de que forma o autor, conferindo formato testemunhal, escancara um dos feitos mais premeditados das máquinas opressoras ditatoriais - a vida transformada em medo e incertezas diante do trauma e da impunidade dos torturadores. Salienta-se, no presente trabalho, que, ao unir o factual e o ficcional, o autor revela as articulações do sistema repressor, das quais, entre as mais ardilosas, se destaca o negacionismo contra os familiares das vítimas da ditadura militar, a fim de confundir e tirar-lhes o crédito social, o que desencadeia a alienação da sociedade contemporânea. Palavras-chave: Ditadura militar. Literatura de testemunho. Negacionismo. Sistema articulado.

Introdução

A ditadura militar, de 1964 a 1985, foi um período sombrio na história da sociedade brasileira e deixou um rastro de dor e sangue que não pode ser apagado. No entanto, durante muito tempo, pouco se debateu a respeito desse passado ditatorial no Brasil, mas muito se falou em democracia. Com a chegada do século XXI, o discurso sobre a anistia, que, para Ricoeur (2007, p. 495), é “a caricatura do perdão”, não satisfaz a sociedade atual.

Em dezembro de 2009, por ocasião da 11ª Conferência dos Direitos Humanos, houve a recomendação para criar a Comissão Nacional da

1 Professora de língua inglesa no município de Canoas/RS. Graduada em Letras - Inglês pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Verdade, que somente seria instalada no ano de 2012, pelo governo do Brasil, com o objetivo de investigar as graves violações de direitos humanos cometidas entre os anos de 1946 e 1988. Foram ouvidas vítimas e testemunhas, convocados agentes de repressão a prestar depoimentos, em mais de cem audiências públicas, gerando um relatório final que foi entregue à então Presidente Dilma Rousseff, no ano de 2014. Segundo Freeman (2006), a expectativa é que o trabalho de tais comissões possa ajudar as sociedades a entender e reconhecer eventos passados os quais sejam motivo de controvérsia ou de negação. E ao fazê-lo, trazer ao conhecimento do público em geral os testemunhos oculares e relatos das vítimas e perpetradores. Figueiredo (2017, p. 19) afirma que somente com esse conhecimento haveria um compromisso consensual, bem como a criação de dispositivos seguros, para o ocorrido não se repetir futuramente.

Não é inútil repetir que o reconhecimento oficial e social da tortura durante um regime ditatorial, estabelecido por instituições governamentais, jurídicas, e objeto de discussão e de debate no seio da sociedade civil, permite ao corpo social na sua integridade realizar um processo de elaboração do trauma histórico comparável a um luto coletivo. Deve-se lembrar que esse processo é essencial para que a vida em comum no presente seja possível. (GAGNEBIN, 2014, p. 255)

Eis o contexto no qual nasce *K.: Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, romance que acompanha *K.*, o protagonista, um pai em busca da sua filha, Ana Rosa, desaparecida durante a ditadura militar brasileira. De uma forma talentosa, o autor lida com os restos do passado, mesclando o testemunhal e o biográfico, e transforma o íntimo em público, a dor de

2 COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Comiss%C3%A3o_Nacional_da_Verdade&oldid=63140889>. Acesso em: 21 jan. 2022.

um pai em uma dor coletiva. Nesse romance, Kucinski articula o trauma pessoal e o torna tão incômodo que compartilhar com o público “alcançou [...] caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares” (LEVI, 1988, p. 7 - 8). Uma vez que se tornou público, já não é possível conceber a ideia de não se ter o direito de incriminar os responsáveis pelas atrocidades cometidas durante a ditadura militar.

Entretanto, torna-se relevante ressaltar que nos foi inculcido um tipo de memória histórica passiva ao longo do processo ditatorial brasileiro, decorrente da ignorância e alienação do povo. A respeito disso, Idelber Avelar discorre em seu ensaio: “A escrita do luto e a promessa de restituição” (2003):

Se a razão de ser das ditaduras foi a eliminação física e simbólica de toda resistência à imposição da lógica do mercado, como o triunfo de tal projeto determinou o destino da memória histórica na América Latina? Como se pode colocar a tarefa de luto – que em certo sentido é sempre a tarefa do esquecimento ativo – quando tudo está submerso num esquecimento passivo, esse tipo de esquecimento que ignora a si mesmo, sem advertir sua condição de produto de uma poderosa operação repressiva? (AVELAR, 2003, p. 237)

Grande é a contribuição do texto ficcional para revisitar o passado, visto que o sistema repressivo, articulado ainda no presente, faz uso das estratégias negacionistas para confundir suas vítimas. Essas são mantidas submersas em um constante estado de luto, uma vez que este foi interdito pelo mesmo sistema, detentor da história oficial.

Nesta reflexão, concentramo-nos no delineamento de um roteiro de estudo da obra *K.: relato de uma busca*, com o objetivo de compreender de que maneira o autor revela as articulações do sistema repressor, destacando-se, entre as mais ardilosas, o negacionismo contra os familiares das vítimas

da ditadura militar, a fim de confundir e de tirar-lhes o crédito social, o que desencadeia a alienação da sociedade contemporânea.

O negacionismo é a escolha de negar a realidade como forma de escapar de uma verdade desconfortável. O termo foi cunhado pelo historiador francês Henry Rousso em sua obra *Le Syndrome de Vichy* (1987), na qual o autor identificou o conceito como uma negação politicamente motivada em relação aos eventos do holocausto. Mais tarde, o termo também passou a ser utilizado em outros contextos nos quais se quer negar os fatos.

Para cumprir o objetivo estabelecido, utilizamos as análises teóricas de Benjamin (1994), Figueiredo (2017), Gagnebin (2009, 2014), Ricoeur (1997, 2007) e Seligmann-Silva (2005, 2008), autores que tratam dos desdobramentos do trauma, bem como do luto negado e suas consequências alienantes à memória nacional.

Primeiras notas acerca de K.: Relato de uma busca

A realidade e a ficção não necessitam andar separadas, uma pode complementar a outra: se não houver registros, tem-se a imaginação. É o que comprova a admoestação do autor já nas primeiras linhas do seu texto: “Caro leitor: Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu” (KUCINSKI, 2011, p. 8).

Em *K.: Relato de uma busca*, percebe-se a necessidade de intervir no presente, de influenciar a política do presente por meio da literatura, uma vez que o livro foi lançado no mesmo ano em que a lei nº 12.528/2011, responsável por instituir Comissão da Verdade, foi sancionada, e abalou o silêncio do Estado em relação aos crimes da repressão. Desse modo, o literário assume o compromisso, tanto quanto o documental, de narrar o irrecuperável. A grande narrativa está decomposta em unidades menores as quais vão sendo encaixadas ao longo da obra, e, ao mesmo tempo,

funcionam como argumento de sustentação para a verdade dos fatos narrados.

Além da perspectiva de K. na qualidade de pai, temos o ponto de vista de outros personagens que lidam com as circunstâncias desse momento histórico específico, de maneiras e em papéis bastante distintos. De todas as perspectivas, temos personagens que foram afetados, e tiveram o curso de suas vidas alterado pelo momento histórico. Já afirmava Ricoeur:

[...] é preciso recordar o paradoxo da memória que faz com que não haja nada de mais pessoal, de íntimo e mais secreto do que a memória, mas que as memórias de uns e de outros, entre parentes, vizinhos, estrangeiros, refugiados – e também adversários e inimigos – estão incrivelmente enredadas umas nas outras ao ponto de, às vezes, já não se distinguir nas nossas narrativas o que é de cada um: as feridas da memória são, simultaneamente, solitárias e partilhadas. (RICOEUR, 2007, p. 1)

Aqui, parece-nos relevante retomar o conceito de Literatura de testemunho. A concepção mais atual vincula-se à obra que apresenta uma série de textos de diferentes origens, tais como documentos, cartas, registros, notícias de jornal, e os articula formando uma composição na qual todos eles conversam entre si, com a finalidade de oferecer sustentação a uma narrativa maior, cujos espaços vazios serão preenchidos por um conteúdo ficcional capaz de recriar a realidade de referência. “Desenha-se o testemunho com traços fortes de compromisso político: o letrado teria a função de recolher a voz do subalterno, do marginalizado, para viabilizar uma crítica e um contraponto à ‘história oficial’, isto é, à versão hegemônica da História” (MARCO, 2004, p. 46).

Ao relacionarmos essa concepção ao trabalho K.: *Relato de uma busca*, observamos seguirem os capítulos-fragmentos estilos diferentes, porque foram apresentados em formato de cartas, memórias, relatos e

informes. Além disso, entendemos essa narrativa como uma obra de cunho testemunhal, pois o romance de Kucinski mescla história e ficção. Nesse sentido, a maneira como o autor percebe e descreve o passado exige uma elaboração para que ele possa construir uma imagem no presente.

Na perspectiva testemunhal, trazemos as reflexões de Jeane Marie Gagnebin (2009), que ao analisar o contexto do testemunho, principalmente em relação ao Holocausto, lembra ser o testemunho é um ato político. Assim, percebemos que, na narrativa de Kucinski, o discurso da memória é costurado a fim de dar luz aos fatos relacionados às intenções políticas do momento da construção do seu romance. Gagnebin (2009) ainda lembra as proposições de Benjamin em seu texto “O Narrador” (1994), no qual ele trata o narrador como um catador de tudo aquilo que a história oficial não consegue encaixar em suas teorias.

Entretanto, o pacto com a literatura é diferente do pacto com os documentos históricos, porque, dentro da ficção, o imaginário serve para encarar o passado real, tal como ele de fato aconteceu. Um passado tão absurdo e inverossímil que parece, desde o início, pura ficção. Para Paul Ricoeur (1997, p. 329)

Se essa hipótese se sustenta, podemos dizer que a ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia. A história é quase fictícia, tão logo a quase-presença dos acontecimentos colocados “diante dos olhos” do leitor por uma narrativa animada supre, por sua intuitividade, sua vivacidade, o caráter esquivo da passividade do passado, que os paradoxos da representância ilustram. A narrativa de ficção é quase histórica, na medida em que os acontecimentos irrealis que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; é assim que eles se parecem com acontecimentos passados e a ficção se parece com a história. (RICOEUR, 1997, p. 329)

Seguindo, identificamos, no capítulo “A reunião da congregação”, um recurso valioso, utilizado pelo autor, para lidar com a impossibilidade de testemunhar o fato ocorrido, razão pela qual Kucinski realiza um tipo de especulação narrativa. Nesse capítulo, o autor conjectura a respeito dos pensamentos dos participantes da reunião, com base em sua ata oficial, pois ele mesmo não estava presente. Intercambiando suposição de pensamentos com trechos da ata, o capítulo constrói habilmente os diferentes climas que ali pairavam: tensão, indiferença, preocupação, consternação:

Este relato foi imaginado a partir da ata da reunião, transcrita nos trechos citados a seguir [...]. Preside a reunião o diretor do instituto, professor Ernesto Giesbrecht [o qual] já morreu. Não sabemos o que se passou pela sua cabeça na reunião, podemos apenas imaginar. Vai ser uma reunião penosa, espero que passe rápido. [...] Ainda bem que a votação é secreta (KUCINSKI, 2014, p. 152).

Convém citar que o Instituto de Química da USP, instituição na qual Ana Rosa Kucinski lecionava quando desapareceu, em 1974, pediu desculpas publicamente em 17 de abril de 2014 e anulou a demissão que havia sido realizada na reunião mencionada no romance. A notícia foi veiculada pelo Jornal da USP *online*:

Em reunião realizada no dia 17 de abril, a Congregação do Instituto de Química (IQ) da USP aprovou a anulação da decisão do órgão, datada do dia 23 de outubro de 1975, na qual a professora Ana Rosa Kucinski, desaparecida política e vítima da ditadura militar, foi demitida da Universidade sob a justificativa de abandono de emprego. O diretor do IQ, Luiz Henrique Catalani, recebeu o irmão de Ana, o também professor da USP, Bernardo Kucinski, para expressar oficialmente o pedido de desculpas do instituto à família. Também estiveram presentes à reunião os membros da Comissão da Verdade da

USP, professores Walter Colli e Janice Theodoro da Silva. A comissão havia encaminhado ao instituto pedido da reversão da demissão, o que já havia sido efetivado pela Reitoria em 1995.³

A narrativa de *K.: Relato de uma busca* começa com uma declaração, datada em São Paulo, no dia 31 de dezembro de 2010, na qual um narrador em primeira pessoa – ou um “pseudoautor” – relata que, de tempos em tempos, em seu antigo endereço, recebe uma carta de banco, destinada à irmã morta, oferecendo produtos ou serviços financeiros. A ocorrência repetitiva ao longo de três décadas, conforme o narrador, soa como uma “intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descanse” (KUCINSKI, 2014, p. 10), pois as cartas “continuarão a chegar” (KUCINSKI, 2014, p. 12). Assim, esse evento constitui uma incessante referência ao período da ditadura, reavivando as trágicas lembranças do que ocorrera com as vítimas, e em particular, com a irmã do narrador.

Em nossa compreensão, Bernardo Kucinski cria uma estratégia de composição na qual o deixa ser entrevistado como um narrador extremamente próximo aos fatos e, ao mesmo tempo, aparentemente desdobrado em protagonista, como num jogo em espelho, visto que o personagem principal, cujo nome é apenas K., é também o pai de Ana Rosa. A jovem professora de Química, da Universidade de São Paulo, entra em cena narrativa pela ambiguidade de sua ausência, na medida em que é uma militante política desaparecida. A letra inicial de Kucinski embaralha inicialmente e, em boa parte do percurso narrativo, três personagens: o pai (simplesmente K.); Ana Rosa (a filha desaparecida), completamente ausente enquanto voz; e o irmão (extra textualmente, Bernardo Kucinski) que, só ao final, se revelará como o verdadeiro narrador do texto.

Entretanto, o ponto forte da obra de Kucinski não é entender

3 Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/press-release/instituto-de-quimica-anula-demissao-da-professora-vitima-da-ditadura-militar/> Acesso em: 02 fev. 2022.

o que aconteceu com a filha⁴ de K., mas, sim, a trajetória do próprio protagonista, durante sua incessante busca por informações, e, já num certo ponto da trama, pelo corpo da filha. A memória em *K. relato de uma busca* não é o conhecimento de um passado oculto, e sim a recordação constante da impossibilidade de saber o que de fato aconteceu com a filha. Walter Benjamin (1994, p. 232). comenta, em sua obra *Magia e técnica, arte e política*: “rememorar o passado desencanta o futuro” Com base nisso, o romance escancara a estratégia de aniquilamento utilizada pela ditadura militar, porquanto não há como conter a tortura e a devastação desencadeada no presente dos familiares das vítimas dos “anos de chumbo” brasileiros.

Nessa modalidade de guerra, confundir o inimigo com mentiras é um recurso legítimo; equivalente às cortinas de fumaça da guerra convencional. Enganaram-se os que esperavam a relação humanitária de vítimas de uma guerra já vencida. Ao contrário, a falsa lista revelou-se arma eficaz de uma nova estratégia de tortura psicológica. Teria sido melhor não dizerem nada, raciona K. (KUCINSKI, 2014, p.67).

O trecho referido figura no capítulo “Nesse dia, a terra parou” e demonstra a decepção de K., ao criar uma grande expectativa de finalmente obter informações sobre o paradeiro da filha, porém, logo percebe que a comunicação realizada só serviu para enganar o público. Da mesma maneira, o romance faz referência a um pronunciamento realizado pelo governo em 1975 a respeito dos desaparecidos, bem como à obra de Kucinski denominada *Abertura, a história de uma crise* (1982), na qual o autor publica um estudo analisando a versão oficial do governo. Nessa

4 O sequestro aparece no capítulo “A cadela” em que um dos sequestradores toma a palavra e relata a um ouvinte indeterminado. E a morte é insinuada no capítulo “A terapia” por meio do relato de Jesuína, uma ex-presidiária que era enviada pelos torturadores às celas de pessoas sequestradas com o intuito de espioná-las.

versão, o ministro da Justiça, Armando Falcão, cita os nomes de 22 pessoas as quais não estavam desaparecidas “para confundir a opinião pública e poder negar o próprio fato de que pessoas desapareceram” (KUCINSKI, 1982, p. 45). Seligmann discorre sobre a negação dos rastros memoriais da violência como uma característica genocida:

O negacionismo neste caso é apenas um caso particularmente radical de um movimento que acompanha o gesto genocida. O genocida sempre visa a total eliminação do grupo inimigo para impedir as narrativas do terror e qualquer possibilidade de vingança. Os algozes sempre procuram também apagar as marcas do seu crime (SELIGMANN, 2008, p. 86).

Torna-se bem clara a posição dos aparelhos de opressão, detentores da história oficial: as ações do Estado convergem para abafar e ocultar práticas criminosas dos agentes de controle em seu intuito de liquidar aos poucos a parcela “subversiva” da sociedade civil, com a imposição do medo (TRAGINO e TREFZGER, 2019, p. 75).

O luto sem corpo e o aniquilamento

A análise detalhada de Eurídice Figueiredo atribui ao romance *K: Relato de uma busca* um lugar proeminente na produção nacional, cujo valor estético e testemunhal contribui sobremaneira à formação de um arquivo literário sobre a ditadura:

O estilo do autor, enxuto e fragmentário, atinge a emoção do leitor sem apelar para o melodramático, pelo contrário, ele usa da ironia e do despojamento da linguagem para criar o ambiente absurdo, claustrofóbico e apavorante em que se viu o pai diante do sumiço da filha (FIGUEIREDO, 2017, p. 143).

Kucinski utiliza o ornamento de um personagem diante de uma justiça inalcançável para contar uma história que precisa ser contada. Existe a necessidade de narrar o intolerável - o luto sem um corpo. É impedido ao pai o exercício da memória de sua filha por meio do trabalho do luto, o qual se constitui “indispensável, desenvolvendo-se a partir da expressão aflitiva até a reconciliação daquilo que foi perdido, efetivando uma memória pacificada” (PIROLI, 2014, p. 106). Espera-se um posicionamento moral, uma empatia com a dor do que sofre. Todavia, nem mesmo no meio judaico e de seus preceitos, do qual provém, o pai alcança uma ação justa: o rabino impede que o pai erija uma *matzeivá*⁵ para a filha, ato que nos parece uma cumplicidade institucional com as forças ditatoriais:

K. sente com intensidade insólita a justeza desse preceito, a urgência em erguer para a filha uma lápide, ao se completar um ano de sua perda. A falta da lápide equivale a dizer que ela não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou -se na universidade, casou-se. Sofre a falta dessa lápide como um desastre a mais, uma punição adicional por seu alheamento diante do que estava acontecendo com a filha bem debaixo de seus olhos (KUCINSKI, 2014, p. 78-79).

A ausência do corpo, impedindo o ritual de sepultamento e pondo em suspensão o luto, foi um fator preponderante no processo de negação da perda. Mas foi também, para as vítimas dos militares, a negação do direito à morte, a um digno sepultamento. Diante desse fato e dos posteriores, notamos serem as manobras ditatoriais compostas de dispositivos que vão além de torturar e matar as vítimas propriamente - as violações se ramificam em galhos sombrios, atingindo todos os familiares e pessoas

5 Matzeivá é uma lápide colocada no túmulo geralmente um ano após o sepultamento.

próximas às vítimas.

Agora não é só o velho, a Zuzu e mais um ou outro, agora é política. Virou movimento. E os filhos da puta lá em cima falando em abertura. Isso é hora de falar de abertura? Tem que dar tempo, porra. Mal acabamos o serviço. Temos que mudar tudo, Mineirinho. **O inimigo agora são as famílias desses terroristas. Mas temos que usar mais a cabeça, a psicologia, Mineirinho.** Temos que desmontar esses familiares pela psicologia (KUCINSKI, 2014, p.75, grifo nosso).

O citado excerto figura no capítulo “A abertura”, o qual narra o empenho de Fleury em espalhar desinformação e mentiras sobre o paradeiro dos desaparecidos pelo regime político, em cujas esferas superiores já se cogitava a abertura política, a contragosto do delegado da repressão. Esse projeto de devastação arquitetado pelas forças repressoras dissimula verdades, encobre dados, nomes e lugares. Aos familiares é negada até mesmo uma reconstituição, um esclarecimento em torno dos episódios que culminaram nos desaparecimentos. O não reconhecimento dos reais eventos coloca a memória das vítimas e de seus familiares numa condição de desconfiança: “as famílias estavam no limbo” (FIGUEIREDO, 2017, p.18).

K. reflete: “Até os nazistas que reduziam suas vítimas a cinzas registravam os mortos. Cada um tinha um número, tatuado no braço. A cada morte, davam baixa num livro” (KUCINSKI, 2014, p. 25). Em relação a esse registro nazista, no primeiro conto da obra *Os visitantes*, Bernardo Kucinski relata a visita de uma senhora, chamada Regina Borenstein, que, de modo muito revoltado, o corrigiu quanto ao fato de ter mencionado como os alemães registravam todas as suas vítimas do holocausto.

É sobre o holocausto, o senhor escritor escreveu que os alemães registravam todas as pessoas que matavam, mas isso não é verdade! Só registravam

os que eram separados para o trabalho forçado, e só em Auschwitz. A maioria ia direto para a câmara de gás, os velhos, as crianças, os que pareciam fracos; imagine se iam registrar cada um, nem daria tempo, era um transporte depois do outro. Seu livro está errado! (KUCINSKI, 2016, p. 12)

A falta de registros sobre as vítimas intensifica o drama do pai, pois “sofre a falta dessa lápide como um desastre a mais, uma punição adicional por seu alheamento diante do que estava acontecendo com a filha bem debaixo de seus olhos” (KUCINSKI, 2014, p. 79). Dessa maneira, K. não consegue mais se reconhecer, sua vida foi totalmente devastada pela ausência da filha, acompanhada pela culpa de não ter sido mais presente e pela incapacidade de conceder-lhe um enterro digno. Nada mais faz sentido, é a morte desse homem permanentemente enlutado a que assistimos avançar a cada página da história.

Ele retrucara ao Avrum, o secretário da Sociedade, que na entrada do Cemitério do Butantã há uma grande lápide em memória dos mortos do holocausto, e debaixo dela não há nenhum corpo. Avrum o admoestara por comparar o que aconteceu com sua filha ao Holocausto, nada se compara ao Holocausto, disse; chegou a se levantar, tão aborrecido ficou. O Holocausto é um e único, o mal absoluto. Com isso K. concordou, mas retrucou que para ele a tragédia da filha era continuação do Holocausto (KUCINSKI, 2014, p. 80).

Ademais, o projeto de aniquilamento instaurado pela tortura psicológica ditatorial constitui-se em violação simbólica com continuidade no presente. Fato verificado no capítulo “A terapia”, no qual Jesuína, uma ex-presidiária, funcionária de limpeza da casa de Petrópolis, “confessa-se” com uma terapeuta contando o que presenciou nesse centro de tortura: “As alucinações começaram depois, depois que a casa fechou” (KUCINSKI,

2014, p. 124). Quando Jesuína estava com a terapeuta, constituía-se o tempo presente da narrativa, e os eventos narrados por ela, o passado. Desse modo, podemos observar como o trauma causado anteriormente, por ter visto os torturados, não cessa com o ato da tortura ou da morte, o trauma manifesta-se presentemente na vida dos que restaram.

“Jesuína Gonzaga, vinte e dois anos, aqui diz que você não consegue dormir, sofre alucinações, e precisa de uma licença médica para tratamento, é isso? Você veio por causa das alucinações?” “Eu vim porque a chefia mandou. Deve estar aí no papel da firma que eu fico muito perturbada e não consigo trabalhar.” “Sim, o médico da Ultragás diz isso. Você trabalha em quê, Jesuína?” “Faço faxina; antes, ajudava na cozinha, mas lá gritavam muito; eu pedi transferência, nem que fosse para a faxina. Mas na faxina também qualquer coisa me deixa nervosa e aí eu tremo, fico fraca e tenho que me encostar; muita sujeira também me deixa nervosa” (KUCINSKI, 2014, p. 122).

Como visto, a carga traumática da ditadura não cessa com o conhecimento ou a ocorrência da morte, ela estabelece-se em uma vida em aniquilamento, em devastação contínua, ela visa quebrar a pessoa interiormente antes mesmo da morte: “A cara deles era de apavorar, os olhos esbugalhados; tremiam, alguns ficavam falando sozinhos, outros pareciam que já estavam mortos [...]” (KUCINSKI, 2014, p. 128).

O romance de Kucinski também traz à tona o fato de que presentemente as vítimas ainda são amedrontadas pelas ramificações desse aparelho de destruição constante, uma vez que parece manter-se articulado nos dias atuais, a fim de assombrar também as gerações futuras:

Passadas quase quatro décadas, súbito, não mais que de repente, um telefonema a essa mesma casa, a esse mesmo filho meu que não conheceu sua tia sequestrada e assassinada; voz de mulher,

apresentando-se, nome e sobrenome, moradora de Florianópolis. Diz que chegara havia pouco do Canadá, onde fora visitar parentes e que conversaram em português numa mesa de restaurante quando se aproximou uma senhora e se disse brasileira dando seu nome completo, o nome da tia desaparecida. [...] O telefonema da suposta turista brasileira veio do sistema repressivo, ainda articulado (KUCINSKI, 2014, p. 181).

No fragmento citado, apresenta-se uma tentativa de tortura psicológica, por meio da qual compreendemos que, mesmo após quarenta anos, ainda não existe descanso - os torturadores estão lá fora aparelhando dispositivos de medo, evidenciando, sem temor algum, que dispõem do poder da impunidade.

Essa reflexão nos faz pensar na peculiaridade da busca infrutífera de um pai em face do negacionismo do terrorismo de Estado, que perpetrou tantas mortes e, mais, em face de um sistema o qual não se responsabiliza em contar a história dessas mortes. O autor acentua que “o Estado não tem rosto nem sentimentos, é opaco e perverso. Sua única fresta é a corrupção. Mas às vezes até essa se fecha por razões superiores. E [...] se torna maligno em dobro, pela crueldade e por ser inatingível. Isso ele sabia muito bem” (KUCINSKI, 2014, p. 16-17). Seligmann (2008) afirma que mesmo a esfera do direito tende a não garantir espaço para a narrativa plena de reticências do testemunho, uma vez que este é privado de comprovação.

O negacionismo está presente em vários níveis discursivos, e a presença dos poderes autoritários ainda continua a obscurecer a sociedade contemporânea, alimentando a condição de amnésia nacional. Isso fica evidente no capítulo “As ruas e os nomes”, quando K. vai a uma cerimônia em homenagem às vítimas da ditadura militar, evento no qual várias ruas receberam os nomes dos desaparecidos e mortos, entre os quais está o de sua filha. O lugar da homenagem, porém, é distante do centro da cidade, ao passo que, no centro, ele observa as outras placas já existentes pela cidade.

Mas passou a prestar atenção nas placas e indicativos de ruas à medida que o micro-ônibus percorria o caminho de volta. Estranho nunca ter pensado nos nomes das ruas. Quando chegou ao Brasil, curioso, procurava saber de tudo. Depois se acomodou. Até acontecer o que aconteceu. Rua Fernão Dias, diz uma placa. Onde mora, em São Paulo, também há uma rua com esse nome; disseram-lhe que foi um famoso caçador de índios e escravos fugidos. Percorreram algumas ruas com nomes que ele desconhecia. Depois, para espanto de K., uma avenida General Milton Tavares de Souza. Esse ele sabia muito bem quem foi: jamais esqueceria esse nome. O filho do farmacêutico falara dele. Dom Paulo também. Foi quem criou o DOI-CODI, para onde levaram o Herzog e o mataram (KUCINSKI, 2014, p. 151).

Walter Benjamin (1994, p. 225) afirma que “nunca houve um monumento da cultura que não fosse monumento da barbárie. E, assim, como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura”. Dessa forma, evidencia-se a transmissão da banalização da barbárie. E, quando se banaliza algo como a violência institucionalizada da ditadura militar, esta se torna algo considerado “normal” ou “aceitável” quando, na verdade, deveria ser combatido. Corroborando com essa reflexão, K. considera: “Como foi possível nunca ter refletido sobre esse estranho costume dos brasileiros de homenagear bandidos e torturadores e golpistas, como se fossem heróis ou benfeitores da humanidade” (KUCINSKI, 2014, p. 152). Torna-se claro para K. onde compete o lugar àqueles que não concordam com o sistema: na periferia, em condição marginalizada, enquanto os facínoras estão sempre em evidência.

O apagamento dos locais e marcas das atrocidades corresponde àquilo que no imaginário posterior também tende a se afirmar: não foi verdade. A resistência

quando se trata de se enfrentar o real parece estar do lado do negacionismo. Este sentimento comum mora no próprio sobrevivente e o tortura, gerando uma visão cindida da realidade (SELIGMANN, 2008, p. 75).

Figueiredo (2017, p. 24) assevera que a anistia no Brasil foi uma forma de proteger e esconder os culpados pelas torturas e assassinatos, tal fato consistiu em, injustamente, impedir a punição dos responsáveis. A relação entre a anistia e a amnésia “aponta para a existência de um pacto secreto com a degeneração de memória que [...] na verdade a afasta do perdão após ter proposto sua simulação” (RICOEUR *apud* FIGUEIREDO, 2017, p. 25).

Outra articulação forjada pelo sistema repressor para não dar conta de todos os crimes perpetrados pela ditadura foi o processo de indenização das famílias dos desaparecidos no regime militar, visto que tal fato encobriu o conhecimento da verdade, dificultando a compreensão dos acontecimentos. Kucinski comenta que:

[...] as indenizações às famílias dos desaparecidos embora mesquinhas foram outorgadas sem que os familiares tivessem que demandar, a verdade antecipando-se a uma demanda, para enterrar logo cada caso. Enterrar os casos sem enterrar os mortos, sem abrir espaço para uma investigação. Manobra sutil que tenta fazer de cada família cúmplice involuntária de uma determinada forma de lidar com a história (KUCINSKI, 2014, p.168).

Partindo disso, constatamos que a política pós-ditatorial, extensiva até os dias de hoje, tem feito um grande esforço para colocar um ponto final nesse capítulo da história; todavia, não buscando justiça, mas, sim, tentando sufocar nossa memória coletiva e nos alienar enquanto sociedade.

Considerações finais

K.: *Relato de uma busca* não se apresenta para recuperar o que está perdido. De maneira alguma possui uma visão pacificadora, ao contrário, o romance foi elaborado com o firme intento de colocar o dedo na chaga e fazer arder ainda mais essa ferida efetiva na memória individual e ferida simbólica na memória coletiva. Sua tarefa nada mais é do que “escovar a história a contrapelo.” (BENJAMIN, 1994, p. 225).

Porquanto “o testemunho cumpre um papel de justiça histórica” (SELIGMANN, 2005, p. 85), a obra de Kucinski, como ficção de cunho testemunhal, presta contas à história, pois relata eventos reais e traumáticos, não somente de maneira pessoal, mas também coletiva, mostrando que a sociedade necessita passar a sua história a limpo. Consequentemente, a ficção auxilia a esculpir a memória, numa luta pós-anistia, e a “amnésia nacional” é jogada na cara do leitor quando o documental invade as páginas do romance.

A literatura, até certa medida, torna-se uma válvula de escape para os sobreviventes da ditadura. Seligmann (2008, p. 74) afirma que “narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer.” Narrar, testemunhar, trazer à baila todas as atrocidades cometidas nos “porões da ditadura” (FIGUEIREDO, 2017, p. 123) consiste numa tentativa de dar significado ao presente, buscando a reconciliação com a realidade. Enfim, trata-se de compreender essa experiência a fim de voltar a ter uma vida. E, nessa empreitada, podemos dizer que a literatura de testemunho tem grande potencial para libertar e manifestar o luto necessário à nação.

Tal proposta de leitura é atravessada pelo atual contexto de esgarçamento do horizonte democrático contemporâneo. A política pós-ditatorial, que se estende até a contemporaneidade, esforça-se por confundir e esconder a verdadeira história, de forma a sufocar nossa

memória coletiva e nos alienar enquanto sociedade democrática.

Apesar da estranheza da “fragmentação tendencial do testemunho enquanto narrativa que emana das catástrofes” (SELIGMANN, 2005, pp.93-94), o autor de *K.: Relato de uma busca*, com seu estilo de texto enxuto e irônico, escancara um dos feitos mais premeditados de uma ditadura - a vida transformada em medo. Como relatado no romance, mesmo após quatro décadas dos eventos, a presença opressora faz-se notar por meio das diversas articulações de tortura psicológica à sociedade, pois esses aparelhos do terror se sabem encobertos pela impunidade.

Assim, no roteiro do protagonista de Kucinski, torna-se evidente a longa trajetória a qual teremos de empreender pela frente em busca de sentido para nossa história fragmentada e traumática, por não conseguirmos enterrar nossos mortos - o mínimo que pedem a dignidade e a memória do indivíduo. Como o processo de construção da memória é constante, podendo servir tanto para fins impositivos quanto reivindicativos, ele abre possibilidades para as mais diversas estratégias, dependendo dos interlocutores, receptores e o teor dos discursos (NETO, 2009, p. 1098). Em vista disso, permanece o questionamento: como manter a memória da verdadeira história diante de um esforço incrível de esquecimento, forjado por tantos aparelhos de arranjo autoritários daqueles que não foram responsabilizados por seus crimes contra a humanidade? Até mesmo o que chamamos de democracia se articula integrando-se a essas forças ocultas de repressão. Gagnebin aponta:

Todas as políticas de esquecimento imposto, porque são o contrário de um processo de elaboração do passado, não vão ajudar a esquecer um passado doloroso, mesmo que, num primeiro momento, o façam calar. Essas políticas preparam muito mais o retorno do passado recalcado, a repetição e a permanência da violência, uma forma de memória perversa que, na verdade, nos impede de nos *livrar*,

de nos desligar, do passado para poder enfim viver melhor no presente (GAGNEBIN, 2014, p. 263).

Por fim, tendo em vista “a importância da literatura para reelaborar os traumas causados pela ditadura” (FIGUEIREDO, 2017, p. 41), acreditamos que, longe de esgotado, o tema abordado no romance de Kucinski permanece latente na experiência coletiva da nossa sociedade. Esta, assombrada pelos fantasmas da tirania, ainda guarda as cicatrizes no inconsciente de muitas pessoas. O período da ditadura militar brasileira, marcado por atrocidades, como torturas e assassinatos, não aponta somente para o sofrimento de suas vítimas diretas, mas para as consequências instauradoras de dor e desgraça também nas gerações subsequentes.

Referências

AVELAR, Idelber. A escrita do luto e a promessa de restituição. In: AVELAR, Idelber. *Alegorias da derrota—a ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina*. Trad. de Saulo Gouveia. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, p. 235-259.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. Vol. I. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Comiss%C3%A3o_Nacional_da_Verdade&ol did=63140889>. Acesso em: 21 jan. 2022.

CRUZ, Felipe Bruno Da Silva; GUIMARÃES, Mayara Ribeiro. REJEIÇÃO da verdade em K. Relato de uma busca. *MOARA—Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras*, Belém, n. 59, p. 40-53, 2021.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*.

Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FREEMAN, Mark. *Truth commissions and procedural fairness*. Cambridge University Press, 2006.

FRIEDMAN, Iris; BASTAZIN, Vera. K. – *Relato de uma busca, de Bernardo Kucinski: ausência de memória na Literatura de Testemunho*. Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG, Belo Horizonte, v. 10, n. 18, p. 85-99, 2016.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Esquecer o passado? In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Editora 34, 2014. p. 251-263.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.

KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. Brasil Debates, 1982.

KUCINSKI, Bernardo. K.: *relato de uma busca*. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2014.

KUCINSKI, Bernardo. *Os visitantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MARCO, Valeria de. A literatura de testemunho e a violência de Estado, *Lua Nova: revista de cultura e política*, São Paulo, n. 62, p. 45-68, 2004.

MICHAEL, Joachim. Memória do desaparecimento: a ditadura no romance” K. Relato de uma busca”, de Bernardo Kucinski, São Paulo, *Teresa*, n. 17, p. 15-30, 2016.

NETO, Odilon Caldeira. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. *Antíteses*, Londrina, v. 2, n. 4, p. 1097-1123, 2009.

PIROLLI, Rosalia Rita Evaldt. Abusos da memória em K.-Relato de uma busca, *Travessias Interativas*, São Cristóvão, n. 8, p. 103-118, 2014.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain

François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Papirus, 1997.

ROUSSO, Henry. *Le Syndrome de Vichy*. Paris: Le Seuil, 1987.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura, testemunho e tragédia: pensando algumas diferenças. In: _____. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005. p. 81-104.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. In: UMBACH, Rosani Ketzer (Org.). *Memórias da repressão*. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2008. p. 73-92.

TRAGINO, Arnon; TREFZGER, Fabíola Simão Padilha. Clandestinidade e resistência em K.: relato de uma busca, de Bernardo Kucinski, *Contexto-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFES*, Vitória, n. 35, 2019. p. 64-77.

Trauma and impunity in K.: report of a quest

Abstract: Nowadays we find several works that approach the military dictatorship in literature, with all the complexity that the theme can bring to contemporary times. This article aims to analyze the work of Bernardo Kucinski, K.: Relato de uma busca (2014), trying to understand how the author, giving testimonial format, widens open one of the most premeditated feats of dictatorial oppressive machines - life transformed into fear and uncertainties before the trauma and the impunity. This work points out that, by uniting the factual and the fictional, the author reveals the articulations of the repressive system, among the most cunning stands out the denialism, against the relatives of the victims of the military dictatorship, in order to confound and take away their social credit, which triggers the alienation of contemporary society.

Keywords: Military dictatorship. Testimonial literature. Denialism. Articulate system.